

FUNPRESP-JUD

FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL DO PODER JUDICIÁRIO

**ANALISTA – ADMINISTRAÇÃO,
GOVERNANÇA E PLANEJAMENTO**



**APOSTILA
COMPLETA**



**MATERIAL PARA
DOWNLOAD**



**TEORIA E
QUESTÕES**

**EDITAL Nº 1 - FUNPRESP-JUD, DE
31 DE MARÇO DE 2026**

AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração!

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila. Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- × Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO**.

× Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.maxieduca.com.br>



Funpresp JUD

Analista – Administração, Governança e Planejamento

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.....	1
Reconhecimento de tipos e gêneros textuais.....	6
Domínio da ortografia.....	14
Domínio dos mecanismos de coesão textual.....	16
Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual.....	18
Emprego de tempos e modos verbais.....	19
Emprego das classes de palavras.....	24
Domínio da estrutura morfosintática do período; Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração; Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração.....	36
Emprego dos sinais de pontuação.....	44
Concordância verbal e nominal.....	49
Regência verbal e nominal.....	52
Emprego do sinal indicativo de crase.....	55
Colocação dos pronomes átonos.....	57
Reescrita de frases e parágrafos do texto; Substituição de palavras ou de trechos de texto; Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto; Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade.....	59
Significação das palavras.....	61
Questões.....	63
Gabarito.....	77

ÉTICA E INTEGRIDADE

Ética, princípios e valores corporativos.....	1
Código de Ética e de Conduta da Funpresp-Jud.....	5
Política e Programa de Integridade da Funpresp-Jud.....	12
Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).....	20
Questões.....	44
Gabarito.....	47



TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Noções de sistema operacional (ambiente Windows). Noções de organização e de gerenciamento de informações, arquivos, pastas e programas.....	1
Edição de textos, planilhas e apresentações (ambiente Microsoft Office).....	23
Redes de computadores . Conceitos básicos, ferramentas, aplicativos e procedimentos de Internet e intranet . Programas de navegação (Microsoft Edge, Mozilla Firefox e Google Chrome e similares). Sítios de busca e pesquisa na Internet	67
Programas de correio eletrônico (Microsoft Outlook).....	75
Grupos de discussão.....	85
Redes sociais	88
Computação na nuvem (cloud computing).....	92
Segurança da informação . Procedimentos de segurança . Noções de malware, vírus, worms e pragas virtuais . Aplicativos para segurança (antivírus, firewall , anti-spyware etc.)	95
Procedimentos de backup	104
Armazenamento de dados na nuvem (cloud storage).....	106
Questões	107
Gabarito.....	113

PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Regimes de previdência; Regime de previdência complementar	1
Regime geral de previdência social.....	7
Regimes próprios de previdência social.....	31
Previdência complementar no Brasil.....	35
Regramento constitucional; Órgãos regulador, fiscalizador e supervisor	40
Entidades fechadas de previdência complementar: classificação, composição, atribuições	45
Leis Complementares nº 108/2001 e nº 109/2001	49
Lei nº 12.618/2012 e suas alterações (autorizou a criação da Funpresp-Jud)	69
Estatuto Social da Funpresp-Jud	79
Regulamento do plano de benefícios da Funpresp Jud: Plano JusMP-Prev (Capítulos I a III)	95
Resolução Previc nº 23/2023 (Capítulo I, Capítulo II - Seções I e II).....	101
Questões	104
Gabarito.....	107

SUMÁRIO



ATUALIDADES

Política Nacional e Internacional: Eventos políticos recentes no Brasil e no mundo. Relações internacionais, tratados, acordos, conflitos, etc. Economia: Eventos econômicos relevantes. Sociedade e Cultura: Questões sociais, como saúde, educação, segurança, meio ambiente. Tendências culturais e sociais. Avanços científicos e tecnológicos. Meio Ambiente: Mudanças climáticas e sustentabilidade. Eventos ambientais significativos. Questões relacionadas à conservação e preservação ambiental. Tecnologia e Inovação: Novas tecnologias e inovações. Desenvolvimentos na área de ciência da computação, internet e inteligência artificial. Relações Internacionais: Discussões sobre questões globais 1

ADMINISTRAÇÃO

Licitações e contratos administrativos. Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Funpres-Jud 1

Conceito de organização, cultura organizacional, imagem, planejamento e estratégia. 45

Escolas da administração 48

Gestão do conhecimento 55

Direito administrativo. Noções de administração direta, administração indireta, autarquia, fundações, sociedade de economia mista, empresa pública, concessões e permissões de serviços públicos 55

Sistemas administrativos. Organização, sistemas e métodos. Estrutura organizacional 62

Gestão de pessoas. Comportamento organizacional: motivação, desempenho, trabalho em equipe e engajamento 68

Clima e cultura organizacional 73

Treinamento e desenvolvimento de pessoas 81

Gestão por competências 84

Liderança nas organizações 85

Gestão por resultados Conceito e aplicação da gestão por resultados. Avaliação e monitoramento de resultados 85

Gerenciamento de conflitos nas organizações 96

Gestão da mudança organizacional 97

Recrutamento e seleção de pessoas 100

Diversidade e inclusão 107

Questões 109

Gabarito 113

SUMÁRIO

SUMÁRIO



FINANÇAS

Conceitos básicos de finanças	1
Taxa de juros nominal e taxa de juros real: relação entre elas e conceito de indexador.....	3
Capitalização simples versus capitalização composta: conceito, desconto, equivalência e proporcionalidade	8
Relações e conceitos de Fluxo de pagamentos.....	11
Valor presente, valor futuro e taxa de desconto	16
Fluxo de caixa: cupom e amortizações	18
Questões	23
Gabarito.....	27

GOVERNANÇA E PLANEJAMENTO

Governança; Conceito e fundamentos de governança; Princípios da governança: transparência, equidade, responsabilidade e accountability; Governança e mecanismos de controle: controles internos, auditoria e compliance; Gestão de riscos e integridade nas organizações.....	1
Estratégia; Conceito e fundamentos de estratégia; Formulação e implementação de estratégias nas organizações.....	9
Planejamento estratégico; Conceitos e etapas do planejamento estratégico; Modelos de gestão e planejamento institucional; Ferramentas de planejamento estratégico; Análise SWOT; Balanced scorecard (BSC); Indicadores e avaliação de desempenho organizacional	14
Principais órgãos da governança corporativa: assembleias, conselhos de administração, comitês técnicos e de assessoramento, conselho fiscal, diretoria executiva, secretaria de governança.....	21
Questões	31
Gabarito.....	34

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Resolução Previc nº 23/2023 e suas alterações (Cap. IX e XIII)	1
Resolução CGPC nº 7/2002.....	7
Resolução MPS/CGPC nº 13/2004	9
Resolução CNPC nº 48/2021	13
Resolução CNPC nº 40/2021	16
Resolução CNPC nº 35/2019	19

SUMÁRIO



Resolução CNPC nº 62/2024	20
Instrução Previc nº 41/2021	29
Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais - Título II, Capítulos I e II)	33
Questões	53
Gabarito.....	57

SUMÁRIO



DIFERENÇA ENTRE COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades interligadas, mas que apresentam diferenças claras e que devem ser reconhecidas para uma leitura eficaz, principalmente em contextos de provas e concursos públicos.

Compreensão refere-se à habilidade de entender o que o texto comunica de forma explícita. É a identificação do conteúdo que o autor apresenta de maneira direta, sem exigir do leitor um esforço de interpretação mais aprofundado. Ao compreender um texto, o leitor se concentra no significado das palavras, frases e parágrafos, buscando captar o sentido literal e objetivo daquilo que está sendo dito. Ou seja, a compreensão é o processo de absorver as informações que estão na superfície do texto, sem precisar buscar significados ocultos ou inferências.

Exemplo de compreensão:

Se o texto afirma: “Jorge era infeliz quando fumava”, a compreensão dessa frase nos leva a concluir apenas o que está claramente dito: Jorge, em determinado período de sua vida em que fumava, era uma pessoa infeliz.

Por outro lado, a **interpretação** envolve a leitura das entrelinhas, a busca por sentidos implícitos e o esforço para compreender o que não está diretamente expresso no texto. Essa habilidade requer do leitor uma análise mais profunda, considerando fatores como contexto, intenções do autor, experiências pessoais e conhecimentos prévios. A interpretação é a construção de significados que vão além das palavras literais, e isso pode envolver deduzir informações não explícitas, perceber ironias, analogias ou entender o subtexto de uma mensagem.

Exemplo de interpretação:

Voltando à frase “Jorge era infeliz quando fumava”, a interpretação permite deduzir que Jorge provavelmente parou de fumar e, com isso, encontrou a felicidade. Essa conclusão não está diretamente expressa, mas é sugerida pelo contexto e pelas implicações da frase.

Em resumo, a compreensão é o entendimento do que está no texto, enquanto a interpretação é a habilidade de extrair do texto o que ele não diz diretamente, mas sugere. Enquanto a compreensão requer uma leitura atenta e literal, a interpretação exige uma leitura crítica e analítica, na qual o leitor deve conectar ideias, fazer inferências e até questionar as intenções do autor.

Ter consciência dessas diferenças é fundamental para o sucesso em provas que avaliam a capacidade de lidar com textos, pois, muitas vezes, as questões irão exigir que o candidato saiba identificar informações explícitas e, em outras ocasiões, que ele demonstre a capacidade de interpretar significados mais profundos e complexos.

TIPOS DE LINGUAGEM

Para uma interpretação de textos eficaz, é fundamental entender os diferentes tipos de linguagem que podem ser empregados em um texto. Conhecer essas formas de expressão ajuda a identificar nuances e significados, o que torna a leitura e a interpretação mais precisas. Há três principais tipos de linguagem que costumam ser abordados nos estudos de Língua Portuguesa: a linguagem verbal, a linguagem não-verbal e a linguagem mista (ou híbrida).

Linguagem Verbal

A linguagem verbal é aquela que utiliza as palavras como principal meio de comunicação. Pode ser apresentada de forma escrita ou oral, e é a mais comum nas interações humanas. É por meio da linguagem verbal que expressamos ideias, emoções, pensamentos e informações.



O PAPEL DA ÉTICA NO AMBIENTE CORPORATIVO

A ética no ambiente corporativo representa o conjunto de referências que orienta a conduta das pessoas dentro de uma organização. Ela não se limita ao cumprimento de regras formais ou de normas legais. Na prática, a ética envolve a escolha do que é correto, justo, responsável e adequado nas relações de trabalho, nas decisões administrativas e no tratamento dado a colegas, clientes, fornecedores e à sociedade. Em qualquer instituição, pública ou privada, a ética funciona como uma base de confiança. Sem ela, surgem condutas oportunistas, conflitos internos, insegurança nas relações e prejuízos à imagem institucional.

Para compreender bem esse tema, é importante diferenciar alguns conceitos que costumam aparecer juntos. A moral está relacionada ao conjunto de costumes, crenças e padrões de comportamento aceitos por um grupo social. A ética, por sua vez, é a reflexão crítica sobre esses comportamentos, buscando entender o que é certo ou errado em determinada situação. Já os princípios são fundamentos gerais que orientam a ação, como honestidade, justiça, respeito e responsabilidade. Os valores, por outro lado, correspondem às convicções consideradas importantes por uma pessoa ou por uma organização, servindo como guia para decisões e atitudes.

No contexto corporativo, esses elementos se complementam. A empresa ou instituição define valores e princípios que deseja cultivar, e a ética orienta a aplicação concreta desses referenciais na rotina profissional. Isso significa que a ética não deve ser vista como um discurso abstrato ou meramente decorativo. Ela precisa se manifestar em ações objetivas, como a forma de conduzir negociações, tratar dados sigilosos, gerenciar recursos, exercer liderança e resolver conflitos.

A importância da ética cresceu muito nas últimas décadas em razão do aumento da cobrança social por transparência, responsabilidade e integridade. Hoje, organizações que ignoram padrões éticos ficam mais vulneráveis a escândalos, perda de credibilidade, sanções legais e danos financeiros. Em contrapartida, instituições éticas tendem a construir relações mais sólidas, ambientes de trabalho mais saudáveis e maior legitimidade perante o público.

No setor público, a ética tem peso ainda maior, porque envolve a administração de recursos coletivos e a obrigação de atender ao interesse público. No setor privado, embora a lógica empresarial esteja ligada ao desempenho e ao lucro, isso não elimina a necessidade de condutas responsáveis. Pelo contrário: a sustentabilidade de um negócio depende, em grande medida, da capacidade de conciliar resultados com integridade.

Assim, falar em ética, princípios e valores corporativos é discutir a essência da convivência profissional e da responsabilidade institucional. Trata-se de um tema central para concursos, para a vida profissional e para a formação de uma postura madura diante das exigências do mundo do trabalho.

PRINCÍPIOS ÉTICOS NAS ORGANIZAÇÕES

Os princípios éticos são os fundamentos que orientam o comportamento esperado dentro das organizações. Eles funcionam como parâmetros gerais para a tomada de decisão e para a avaliação das condutas profissionais. Entre os princípios mais relevantes no ambiente corporativo, destacam-se a legalidade, a honestidade, a transparência, a responsabilidade, o respeito e a integridade.

A legalidade consiste na observância das leis, regulamentos e normas internas. Nenhuma organização pode atuar legitimamente à margem do ordenamento jurídico. No entanto, agir de forma ética vai além de simplesmente obedecer à lei. Existem situações em que algo pode até ser formalmente permitido, mas ainda assim ser inadequado sob o ponto de vista moral ou institucional. Por isso, a legalidade é o ponto de partida, não o ponto final da ética corporativa.

A honestidade é um dos pilares mais conhecidos e indispensáveis. Ela exige coerência entre discurso e prática, rejeição à fraude, à mentira, à manipulação e ao favorecimento indevido. Um profissional honesto não utiliza sua posição para obter vantagens ilegítimas, não omite informações relevantes nem distorce fatos para alcançar interesses pessoais. Em ambientes competitivos, a honestidade demonstra maturidade e compromisso com o interesse coletivo.



Windows 10

O Windows 10 é um sistema operacional desenvolvido pela Microsoft, parte da família de sistemas operacionais Windows NT. Lançado em julho de 2015, ele sucedeu o Windows 8.1 e trouxe uma série de melhorias e novidades, como o retorno do Menu Iniciar, a assistente virtual Cortana, o navegador Microsoft Edge e a funcionalidade de múltiplas áreas de trabalho. Projetado para ser rápido e seguro, o Windows 10 é compatível com uma ampla gama de dispositivos, desde PCs e tablets até o Xbox e dispositivos IoT.

Principais Características e Novidades

- **Menu Iniciar:** O Menu Iniciar, ausente no Windows 8, retorna com melhorias no Windows 10. Ele combina os blocos dinâmicos (tiles) do Windows 8 com o design tradicional do Windows 7, permitindo fácil acesso a programas, configurações e documentos recentes.
- **Assistente Virtual Cortana:** A Cortana é uma assistente digital que permite realizar tarefas por comandos de voz, como enviar e-mails, configurar alarmes e pesquisar na web. Este recurso é similar ao Siri da Apple e ao Google Assistant.
- **Microsoft Edge:** O navegador Edge substituiu o Internet Explorer no Windows 10. Ele é mais rápido e seguro, oferecendo recursos como anotações em páginas web e integração com a Cortana para pesquisas rápidas.
- **Múltiplas Áreas de Trabalho:** Esse recurso permite criar várias áreas de trabalho para organizar melhor as tarefas e aplicativos abertos, sendo útil para multitarefas ou organização de projetos.

Instalação do Windows

- Baixe a ferramenta de criação de mídia no site da Microsoft.
- Use-a para criar um pendrive bootável com a ISO do Windows.
- Reinicie o PC e entre na BIOS/UEFI para priorizar o boot pelo pendrive.
- Na instalação, selecione idioma e versão, depois a partição (formate se necessário).
- Crie um usuário e siga os passos da configuração inicial.
- Após finalizar, o Windows estará pronto para uso.

Operações de iniciar, reiniciar, desligar, login, logoff, bloquear e desbloquear

Botão Iniciar

O Botão Iniciar dá acesso aos programas instalados no computador, abrindo o Menu Iniciar que funciona como um centro de comando do PC.



Regime Geral de Previdência Social – RGPS/INSS¹

Esse é o Regime a que a maioria dos trabalhadores está vinculado, que é administrado pelo INSS, por isso utilizamos a denominação RGPS/INSS. É destinado as pessoas que trabalham no setor privado – ou mesmo no setor público, quando não estejam filiadas a regime próprio. É também obrigatório (quem exerce atividade remunerada deve estar filiado/a), nacional (as mesmas regras valem em todo o país) e público.

No RGPS/INSS, as contribuições dos trabalhadores em idade ativa (atual geração de trabalhadores) financiam o pagamento dos atuais aposentados, havendo, portanto, solidariedade entre as gerações. Quando os trabalhadores de hoje conquistarem a aposentadoria, novos trabalhadores estarão contribuindo para o pagamento desses benefícios e assim por diante. É o que chamamos de regime de repartição simples, o qual funciona por meio de um pacto entre as diferentes gerações, garantido pela Constituição Federal. Esse método de financiamento é utilizado na maioria dos sistemas previdenciários públicos no mundo.

Temos como exemplo um trabalhador que hoje tenha 35 anos e contribua como trabalhador formal para a previdência social. Na verdade, ele não está contribuindo para a própria aposentadoria diretamente, mas para a do avô que está aposentado, por exemplo. Por um lado, suas contribuições são utilizadas para pagar benefícios dos aposentados naquele momento. Mas, por outro lado, a contribuição desse trabalhador será necessária para que, mais tarde, ele também possa se aposentar.

Desse modo, o trabalhador paga contribuição para poder ter o direito de se aposentar no futuro. Além disso, o regime público constitui um seguro social, com a função de compartilhar o risco de seus participantes. Pense num seguro de carro: todos pagam uma contribuição, e aqueles que têm problemas com o veículo possuem auxílio da seguradora.

O seguro social da previdência é parecido: todos pagam contribuição, e aqueles que sofrem infortúnios como acidentes e doenças que acarretem perda da capacidade para o trabalho recebem benefícios. No caso de morte, os dependentes recebem o benefício da pensão por morte também.

O tratamento dado às contribuições para o sistema público obrigatório é diferente daquele dado às contribuições para a aposentadoria privada, as quais são aplicadas em contas individuais.

Para requerer um benefício na Previdência Social e ter direito à garantia de renda, é necessário obter a qualidade de segurado por intermédio da inscrição no RGPS/INSS e da contribuição mensal.

Essa contribuição é computada para efeitos de carência para garantir acesso aos benefícios. Ou seja, são as contribuições que garantem que você possa receber sua aposentadoria e outros benefícios temporários (auxílio-doença, salário-maternidade) ou de risco (aposentadoria por invalidez) e sua família possa receber a pensão por morte, por exemplo. Existem duas categorias de segurados na Previdência Social: os obrigatórios e os facultativos.

Os segurados obrigatórios são aqueles que devem, obrigatoriamente, recolher contribuição para o RGPS/INSS. São pessoas físicas que exercem, pelo menos, uma atividade remunerada, com vínculo empregatício ou não. Aquele que possui carteira assinada, por exemplo, está automaticamente filiado ao RGPS/INSS e é um segurado obrigatório.

Podem ser segurados os empregados que trabalham com carteira assinada, incluindo empregados domésticos, assim como o empresário, o produtor rural, entre outros. Enquanto essas pessoas estiverem trabalhando e contribuindo para a previdência social, elas mantêm a qualidade de segurado.

Os segurados facultativos por sua vez, são aqueles que não exercem atividade remunerada ou não possuem renda direta e fazem a opção, de forma voluntária, de contribuir para a Previdência Social, filiando-se ao RGPS/INSS. Com essa opção, a dona de casa pode ser uma segurada do RGPS/INSS. Isso vale também para o estudante, o estagiário, o bolsista e o desempregado, por exemplo.

¹ Disponível em: <https://www.gov.br/investidor/pt-br/educacional/programa-bem-estar-financeiro/programa-bem-estar-financeiro-arquivos/apostila-07.pdf>. Acesso em 13.10.2024.



MUNDO

O Choque dos titãs: Trump versus Musk e as consequências para a geopolítica e a economia global

- A recente efervescência na relação entre Donald Trump e Elon Musk transcende uma mera disputa pessoal, revelando-se um episódio marcante com profundas implicações geográficas, históricas e geopolíticas.
- O embate, iniciado pela crítica de Musk a um projeto de lei republicano que visava eliminar subsídios a veículos elétricos, escalou rapidamente, com Trump ameaçando cortar contratos federais bilionários com empresas como Tesla, SpaceX e Starlink.
- A resposta de Musk foi igualmente contundente, sugerindo uma ligação de Trump com Jeffrey Epstein e chegando a pedir seu impeachment.

Um olhar histórico: precedentes e rupturas

- Historicamente, a relação entre o governo e grandes corporações nos Estados Unidos sempre foi complexa e, muitas vezes, ambivalente. Desde os “barões ladrões” do século XIX, que acumularam vastas fortunas e influência, até as gigantes de tecnologia da atualidade, a dinâmica de poder oscilou entre a colaboração e o confronto.
- O que torna o embate Trump-Musk particularmente notável é o rompimento de uma aliança tácita entre duas figuras de imenso poder e visibilidade.
- Anteriormente, Musk, embora excêntrico, era visto com certa simpatia por setores conservadores, especialmente por suas críticas à regulação excessiva e seu foco em inovação.
- A virada demonstra a fragilidade das alianças políticas e a disposição de Trump em utilizar o peso do governo para retaliar oponentes, mesmo que estes sejam peças-chave da economia americana.
- O pedido de impeachment por parte de Musk, bem como a insinuação de envolvimento com Jeffrey Epstein, também evoca um passado de escândalos políticos e figuras controversas na história americana. A sombra de Epstein, com sua rede de contatos influentes e acusações de tráfico sexual, adiciona uma camada sombria e explosiva a esta já volátil disputa.

A perspectiva geográfica: o Vale do Silício e Washington em colisão

- Geograficamente, o conflito acentua a tensão crescente entre Washington D.C. e o Vale do Silício. Tradicionalmente, o centro político dos EUA e o polo de inovação tecnológica operam em esferas distintas, embora interdependentes.
- O Vale do Silício, com seu espírito de ruptura e busca por autonomia, frequentemente colide com a burocracia e as regulamentações governamentais.
- A ameaça de Trump de cortar contratos federais atinge o coração das operações de empresas como SpaceX e Starlink, que dependem fortemente de acordos governamentais para seus projetos espaciais e de conectividade.
- A Starlink, por exemplo, tem sido crucial na provisão de internet em áreas remotas e zonas de conflito, como na Ucrânia, demonstrando a intersecção entre tecnologia e geopolítica. A possibilidade de interrupção desses serviços não é apenas uma questão econômica para Musk, mas pode ter ramificações significativas para a infraestrutura digital e a segurança global.



REGULAMENTO INTERNO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS FUNPESP-JUD

TÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO I C CONDIÇÕES GERAIS

Art. 1º O presente Regulamento disciplina as condições estabelecidas no art. 40 e seguintes da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, acerca das licitações e contratações no âmbito da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário (Funpresp-Jud) e será mantido atualizado por meio de revisões periódicas ou sempre que a necessidade se imponha.

Art. 2º Ressalvadas as hipóteses de inaplicabilidade de licitação e de contratação direta em razão de dispensa ou inexigibilidade, serão precedidos de licitação, nos termos da Lei 13.303, de 2016, os contratos com terceiros referentes à:

- I - prestação de serviços (inclusive de publicidade); e
- II - aquisição e locação de bens.

§ 1º Quando, apesar de cumpridos todos os trâmites formais do procedimento licitatório, inclusive o da convocação, nenhuma empresa se apresentar interessada em participar do certame, o procedimento será considerado deserto.

§ 2º Quando, apesar de haver licitantes interessados no procedimento licitatório, nenhum deles for selecionado, em virtude de desclassificação de propostas ou de inabilitação, o procedimento será considerado fracassado.

§ 3º Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas no procedimento licitatório, a Funpresp-Jud poderá oportunizar a correção dos defeitos apresentados pelos licitantes, observado o defeito específico de cada um, e fixar nova data para a reapresentação de novas propostas ou de novos documentos de habilitação.

Art. 3º Aplicam-se às licitações e contratações regidas por este Regulamento as disposições do Capítulo II-B, do Título XI, da Parte Especial do Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), que trata dos crimes em licitações e contratos administrativos, incluídos pela Lei 14.133, de 1º de abril de 2021.

Art. 4º As licitações e contratações na Funpresp-Jud têm por objetivo:

- I - assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, inclusive quanto ao ciclo de vida do objeto; e
- II - evitar operações em que se caracterizem sobrepreço ou superfaturamento, observadas as definições do art. 172.

Art. 5º As licitações e os contratos da Funpresp-Jud observarão as seguintes diretrizes:

- I - padronização do objeto da contratação, no que couber, dos instrumentos convocatórios e respectivas minutas de contratos, nos termos deste Regulamento e de procedimentos e normas internas específicas;
- II - busca da maior vantagem competitiva, considerando custos e benefícios, diretos e indiretos, de natureza econômica, social ou ambiental, inclusive e no que couber, além dos relativos à operação e manutenção, ao desfazimento de bens e resíduos, ao índice de depreciação econômica e a outros fatores de igual relevância;



A Visão Baseada em Recursos (Resource-Based View - RBV) é uma abordagem estratégica que enfatiza a importância dos recursos internos de uma organização como a principal fonte de vantagem competitiva sustentável. Desenvolvida ao longo das últimas décadas, a RBV contrasta com outras teorias estratégicas que focam predominantemente no ambiente externo, como a análise das cinco forças de Porter.

Em vez disso, a RBV argumenta que a singularidade e a eficácia dos recursos internos de uma organização determinam sua capacidade de competir e prosperar no mercado. Neste texto, exploraremos os principais conceitos da Visão Baseada em Recursos, suas implicações para a estratégia empresarial e como as organizações podem aplicar essa visão para alcançar uma vantagem competitiva duradoura.

Conceito de Recursos na RBV

Na Visão Baseada em Recursos, os recursos de uma organização são definidos como todos os ativos, capacidades, processos organizacionais, atributos da empresa, informações e conhecimentos controlados pela organização que permitem que ela conceba e implemente estratégias que melhoram sua eficiência e eficácia. Esses recursos podem ser categorizados em três principais tipos: tangíveis, intangíveis e humanos.

- **Recursos tangíveis:** são os ativos físicos que uma empresa possui, como instalações, maquinário, capital financeiro, e tecnologia. Embora sejam fundamentais para as operações diárias da organização, recursos tangíveis são geralmente menos propensos a gerar uma vantagem competitiva sustentável, pois são mais facilmente imitados ou adquiridos pelos concorrentes.
- **Recursos intangíveis:** incluem ativos como a marca, reputação, patentes, know-how, e cultura organizacional. Recursos intangíveis tendem a ser mais valiosos para a obtenção de uma vantagem competitiva sustentável, pois são mais difíceis de imitar ou replicar. Por exemplo, a reputação de uma marca estabelecida ao longo de décadas de interação positiva com os clientes pode ser um recurso intangível extremamente valioso que diferencia uma empresa de seus concorrentes.
- **Recursos humanos:** envolvem o conhecimento, habilidades, experiência e talentos dos funcionários de uma organização. A expertise do colaborador, sua capacidade de inovar e resolver problemas complexos, e sua dedicação aos objetivos organizacionais podem ser uma fonte significativa de vantagem competitiva. Empresas que conseguem atrair, reter e desenvolver talentos estão melhor posicionadas para alcançar o sucesso.

Características dos Recursos que Criam Vantagem Competitiva

Nem todos os recursos de uma organização são igualmente valiosos para a criação de uma vantagem competitiva sustentável. Segundo a RBV, para que um recurso seja uma fonte de vantagem competitiva, ele deve possuir quatro características principais, frequentemente referidas pela sigla VRIO: Valioso (Valuable), Raro (Rare), Imperfeitamente Imitável (Imperfectly Imitable), e Organizado (Organized).

- **Valioso:** um recurso é considerado valioso se ele permite que a organização aproveite oportunidades ou neutralize ameaças em seu ambiente externo. Recursos valiosos contribuem diretamente para a eficiência e eficácia da empresa, ajudando-a a alcançar seus objetivos estratégicos. Por exemplo, uma patente inovadora pode ser um recurso valioso se permitir que a empresa produza um produto único que os concorrentes não conseguem replicar.
- **Raro:** para que um recurso contribua para uma vantagem competitiva, ele deve ser raro entre os concorrentes atuais e potenciais. Se um recurso é amplamente disponível, ele não pode ser uma fonte de vantagem competitiva, pois outras empresas podem facilmente acessá-lo e utilizá-lo para melhorar seu desempenho. Por exemplo, uma marca globalmente reconhecida e respeitada é um recurso raro que poucas empresas podem reivindicar.



A administração pública moderna enfrenta desafios complexos e variados que demandam um entendimento profundo de conceitos fundamentais como governança pública, governabilidade e accountability. Esses conceitos não apenas moldam a forma como as instituições públicas operam, mas também influenciam diretamente a eficiência, a transparência e a responsabilidade dos governos perante a sociedade.

A governança pública refere-se ao conjunto de mecanismos, processos e instituições através dos quais os atores sociais e governamentais interagem, tomam decisões e implementam políticas. Ela envolve a participação ativa dos cidadãos, a transparência das ações governamentais e a promoção da equidade e da justiça social. Em essência, a governança pública busca garantir que o poder seja exercido de maneira ética, eficiente e responsiva às necessidades da população.

Por outro lado, a governabilidade diz respeito à capacidade dos governos de formular e implementar políticas públicas eficazes. Enquanto a governança se preocupa com a qualidade das interações e processos decisórios, a governabilidade focaliza a eficácia administrativa e a estabilidade política necessárias para a execução dessas políticas. A governabilidade é, portanto, um reflexo da habilidade do governo em enfrentar desafios, manter a ordem pública e promover o desenvolvimento sustentável.

A accountability, ou responsabilização, é o princípio que assegura que os governantes e as instituições públicas prestem contas de suas ações e decisões. Ela envolve mecanismos de controle e transparência que permitem à sociedade monitorar e avaliar a conduta dos agentes públicos. A accountability é essencial para prevenir abusos de poder, corrupção e para assegurar que os recursos públicos sejam utilizados de maneira eficiente e ética.

No contexto atual, a integração desses conceitos é crucial para uma administração pública eficaz. Governança, governabilidade e accountability não são conceitos isolados; eles se complementam e interagem de maneira a fortalecer o desempenho do setor público. A boa governança promove a confiança da população e melhora a governabilidade, enquanto a accountability garante que tanto a governança quanto a governabilidade sejam exercidas de maneira transparente e responsável.

Compreender a inter-relação entre governança pública, governabilidade e accountability é fundamental para aqueles que aspiram a cargos públicos ou que já atuam na administração pública.

Esse entendimento não apenas aprimora a qualidade das políticas públicas, mas também contribui para um ambiente administrativo mais justo e equitativo, capaz de responder adequadamente aos desafios sociais e econômicos do século XXI.

GOVERNANÇA PÚBLICA

A governança pública é um conceito que tem ganhado crescente relevância no contexto da administração pública contemporânea.

Trata-se de um conjunto de processos, políticas, leis, instituições e práticas que garantem que o poder seja exercido de maneira ética, transparente e eficaz, promovendo o bem-estar da sociedade como um todo.

Conceito de Governança Pública

A governança pública pode ser entendida como o sistema pelo qual as organizações públicas são dirigidas e controladas. Este sistema envolve tanto os mecanismos internos de controle e direção quanto a interação com os diferentes stakeholders, incluindo cidadãos, organizações não governamentais, setor privado e outras entidades governamentais.



RESOLUÇÃO PREVIC Nº 23, DE 14 DE AGOSTO DE 2023

Estabelece procedimentos para aplicação das normas relativas às atividades desenvolvidas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar, bem como normas complementares às diretrizes do Conselho Nacional de Previdência Complementar e do Conselho Monetário Nacional.

A DIRETORIA COLEGIADA DA SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR (PREVIC), na sessão 652º, realizada em 14 de agosto de 2023, com fundamento na Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, na Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, e no Decreto nº 11.241, de 18 de outubro de 2022,

RESOLVE:

(...)

CAPÍTULO IX

DOS PROCEDIMENTOS RELATIVOS AO RECOLHIMENTO DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – TAFIC

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 288. O fato gerador da Taxa de Fiscalização e Controle da Previdência Complementar é o exercício do poder de polícia legalmente atribuído à Previc, na forma do art. 2º da Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009.

Art. 289. A base de cálculo da Taxa de Fiscalização e Controle da Previdência Complementar é o valor dos recursos garantidores, conforme apresentado nos balancetes contábeis referentes aos meses de setembro, março e junho de cada ano, observando o respectivo enquadramento constante do Anexo IV desta Resolução, de cada plano de benefícios de caráter previdencial administrado pela EFPC.

§ 1º Consideram-se recursos garantidores dos planos de benefícios administrados por EFPC os ativos disponíveis e de investimentos, deduzidos de suas correspondentes exigibilidades.

§ 2º Os planos de benefícios autorizados e que não estiverem em funcionamento nas datas referidas no caput devem ser enquadrados na primeira faixa da tabela anexa a esta Resolução.

§ 3º Os recursos garantidores dos planos de benefícios assistenciais com registro na Agência Nacional de Saúde Suplementar não integram a base de cálculo da Taxa de Fiscalização e Controle da Previdência Complementar.

Art. 290. São contribuintes as EFPC, constituídas na forma da legislação e autorizadas a administrar plano de benefícios.

Art. 291. A Taxa de Fiscalização e Controle da Previdência Complementar deve ser recolhida quadrimestralmente, em valores expressos em reais, até o dia 10 dos meses de janeiro, maio e setembro de cada ano.

Art. 292. A Taxa de Fiscalização e Controle da Previdência Complementar recolhida em valor inferior ou em desacordo com a forma e os prazos previstos nesta Seção sujeita a EFPC a:

I- juros de mora:

a) calculados à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia aplicada aos títulos públicos federais, a partir do primeiro dia do mês subsequente ao vencimento do prazo até o mês anterior ao do pagamento; e

b) de um por cento no mês do pagamento.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

A versão **COMPLETA** é o passo decisivo para você finalmente alcançar a aprovação e mudar sua vida. Ative agora seu **DESCONTO ESPECIAL!**

QUERO MINHA APROVAÇÃO!